

PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA PREVENÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL EM SALA DE AULA

Beatriz Thomé de Oliveira

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: beatrizbiathome@gmail.com)

Kely Amorim dos Santos

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: kelyamorim2017@gmail.com)

Maria de Fátima Alves da Silva

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: fatinhaouroana2016@gmail.com)

Fernanda Macedo Oliveira

Orientador(a) do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: fernanda-macedo@outlook.com)

RESUMO

O combate à discriminação dentro da sala de aula deve ser trabalhado pelos professores. Assim, o estudo se apresenta com objetivo de retratar as práticas educativas que podem ser adotadas pelos educadores como prevenção do racismo em sala de aula. Para abordagem utilizou-se como metodologia o levantamento bibliográfico, que revelaram em situações diversas o silenciamento, frente à discriminação racial. A exclusão da criança negra ainda é uma realidade e combater a desigualdade étnico racial só pode ser mudada com a criação de projetos multirraciais e intervenções na sala de aula. Com o estudo percebeu-se que a escola tem um papel indispensável na formação positiva e saudável na formação da criança. Por isso, desconstruir o racismo presente nas escolas depende de diferentes fatores, como exemplo, tem-se as práticas adotadas pelos educadores, que podem amenizar o racismo estrutural, visualizando uma educação antirracista.

Palavras-chave: Relações raciais. Instituições de ensino. Discriminação racial.

EDUCATIONAL PRACTICES FOR RACIAL PREJUDICE PREVENTION IN THE CLASSROOM

ABSTRACT

Combating discrimination within the classroom must be teachers task. Thus, the research presents itself the objective of representing the educational practices that can be adopted by educators to prevent racism in the classroom. For the approach, the bibliographic survey was used as a methodology, which demonstrated silencing in different situations, in the front of racial discrimination. The black child exclusion still is a reality and combating racial and ethnic inequality can be changed just with the multiracial projects creation and interventions in the classroom. With the research it was realized that school has an essential role in the positive and healthy child

formation. Therefore, deconstructing the racism present on schools depends on different elements, for example, there are the practices adopted by educators, who can alleviate structural racism, visualizing an anti-racist education.

Keywords: Race Relations. Education Institutions. Racial Discrimination.

1 INTRODUÇÃO

O preconceito racial é uma realidade nas escolas. Há necessidade em evitar essa ação. Mas, para isso, é preciso mostrar aos alunos a importância de respeitar as diferenças, para que o convívio com os colegas seja o mais saudável possível.

Assim, a pesquisa direcionou-se ao tema que enfatizasse as práticas educativas para prevenção do preconceito racial em sala de aula, pois quando há respeito, empatia e solidariedade, o indivíduo obtém maiores valores, o que evitando assim, o preconceito.

As escolas quando trabalham o desenvolvimento das crianças e adolescentes evitam ações desconfortantes. O ambiente escolar não se limita apenas ao ato de aprender a ler, escrever, calcular, analisar, entre outras ações, mas também possibilita as relações socioemocionais, por trabalhar aspectos sociais, e, conseqüentemente, promover o exercício da cidadania.

O que dificulta a mudança de comportamento são os conceitos já predeterminados por uma sociedade desigual, que eleva o preconceito nos diferentes ambientes sociais. As desigualdades raciais, objeto deste estudo, está enraizada na sociedade. O racismo continua evidente e, ao mesmo tempo, silenciado nas escolas.

A escola pode auxiliar junto à sociedade, quando se trabalha novos conceitos, e com isso, prevenir, fazer com que o racismo deixe de ser frequente. A sua ocorrência contínua auxilia no abandono daquelas crianças e adolescentes, que sofrem com a discriminação, principalmente no ambiente de sala de aula.

O fato é que muitos educadores não conhecem de perto as particularidades do processo educacional, no que confere a prática da discriminação, ou mesmo, não passaram por situações diretas em sua sala de aula, fez com que, nós futuros professores, buscassem estudos voltados ao trabalho do professor em sala de aula.

A exclusão de crianças e adolescentes, nominadas de brancas e pretas, precisam ser valorizadas. Com um trabalho diferenciado, favorecerá a mudança de comportamento. Em discussão, a diversidade cultural, o racismo e o preconceito se

destacam no dia a dia, o que direcionou ao questionamento: Como evitar o racismo nas instituições escolares?

O alto índice de crianças e adolescentes que sofrem nas próprias instituições de ensino a discriminação racial. É pertinente integrar a discussão sobre o tema multirracial nas reuniões com os docentes e familiares, possibilitar que essas pessoas silenciadas no cotidiano escolar se manifestem sem medo. Para isso, os professores não podem ficar à margem da situação, fingindo não ver o preconceito entre as crianças brancas e pretas.

Ao abordar esta problemática, viu-se que é extremamente importante destacar o preconceito decorrente da discriminação racial. Assim, o estudo tem como objetivo ressaltar a importância de adotar práticas educativas para prevenção do preconceito racial em sala de aula.

2 PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E RACISMO

2.1 Aspectos conceituais

Para distinguir o significado de cada palavra é necessário esclarecer o significado de cada uma destas. O preconceito é basicamente uma atitude negativa (é necessário que haja algum referente positivo para comparação) com relação a um grupo ou pessoa, baseando-se num processo de comparação social em que o grupo da pessoa preconceituosa é considerado um ponto positivo de referência. É uma posição psicológica que acentua sentimentos e atitudes endereçados a um grupo como um todo, ou a um indivíduo por ser membro dele (SILVA, 2001).

Preconceito é literalmente um pré-julgamento, quando se julga uma pessoa apenas pelas características físicas. Atitudes preconceituosas está além do racismo, está nos tratamentos diferenciados em relação a outro grupo de pessoas, apenas pelo estereótipo, associar a pessoa a algo ruim da sua região ou país.

Almeida (2019) no livro 'Racismo Estrutural', dissertam que o termo raça reporta a classificação de plantas e animais, utilizado pela biologia, e que só depois, com a modernidade, começaram a utilizar entre os seres humanos devido aos conflitos de poderes econômicos e políticos. Com o surgimento do eurocentrismo, a partir da cultura renascentista, transformou-se o homem europeu em homem universal, usado como base de ser humano, então começa-se a pensar em raça

deixando as culturas e etnias diferentes como subalternas.

Com essa classificação entre os seres humanos, começaram a ser definidos por “preto”, “branco” e “africano”, como consequência o “negro” se tornou inferior, em que passa a ser enxergado na sociedade como a figura branca, criando o alter ego branco, em que apenas o branco era civilizado e o negro primitivo, usando sua força de trabalho escravo para exploração de riquezas, porém com o mito de ser uma ação civilizadora de educar o negro ao gosto do trabalho (MENEZES, 2010).

Em sequência, surge o pensamento de diferentes raças humanas. Ao abordar o racismo é quando uma raça é considerada superior à outra, esse pensamento causa discriminação e preconceito. Martins (1904 citado por MENEZES, 2010) pontua que o negro tinha identidade selvagem, em um espaço subalterno era disciplinado fisicamente e cientificamente, na posse da Europa. Essa discriminação ajudou o branco europeu a aplicar sua política e ser superior. Complementando, Sant’Ana (2005, p. 41) o “racismo é a pior forma de discriminação porque o discriminado não pode mudar as características raciais que a natureza lhe deu”.

Cabe demarcar que o preconceito, a discriminação e o racismo são assuntos bastante antigos e reprisados, mas que, infelizmente, merecem ser discutidos porque não são superados; muito pelo contrário: quanto maior o grau de desenvolvimento da sociedade contemporânea, mais eles parecem se exacerbar (SAVAZZONI, 2015).

A discriminação causa exclusão de seres humanos, por apenas serem quem são, por sua cor, origem étnica, cultura e até pela orientação sexual. O racismo é a pior das discriminações, por ser estrutural, pois são excluídos naturalmente de instituições de trabalho e de educação indiretamente, é o um preconceito velado e silenciado pela maioria da população branca, por acharem ser normal.

2.2 Educação das relações étnico-raciais no ensino de história e cultura afro-brasileira e africana

Um avanço na legislação educacional quanto ao trato das questões raciais nas instituições de ensino foi a aprovação da Lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº9394/96) e institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no currículo dos ensinos fundamental e médio das redes pública e particular. O § 4º da LDB reporta que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas

e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia” (BRASIL, 1996).

Além dessa lei existem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de 2004, que constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo a construção de nação democrática (BRASIL, 2004).

Neste contexto, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfiças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime. Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas (BRASIL, 2004).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se instalou dentro de suas competências gerais pontos que focam:

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BNCC, 2018, p. 9-10).

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Em suma, é

visualizado uma necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-raciais, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las.

2.3 Desigualdade étnico racial e os reflexos na vida do indivíduo

Segundo Dias (2012, p. 9), para compreender as relações étnico-raciais no Brasil é fundamental “reconhecer que o racismo e a discriminação racial são uma realidade neste país em que existem, de fato, práticas hostis e discriminatórias, racialmente orientadas contra pessoas negras”.

O preconceito racial ainda persiste em nossa sociedade, causando atitudes discriminatórias contra crianças negras, com atitudes hostis e brincadeiras inadequadas. Diante desse problema, a escola pode estar contribuindo de forma inconsciente com a formação de cidadãos que não respeitam as diferenças.

No currículo escolar não tem espaço para a diferença, e devido a própria formação cultural, acadêmica e profissional, muitos professores não se dispõem a criarem espaços de diálogo em sala de aula, a fazerem análises críticas dos conteúdos estudados e a promoverem uma educação crítico-reflexiva (ANJOS; GUEDES, 2021, p. 79).

As desigualdades acumuladas na experiência social da população negra, nos processos de escolarização tem sido denunciadas há muitos anos pelo movimento social negro, por estudiosos das relações raciais, e, mais recentemente, também pelas análises, no âmbito de órgãos governamentais, no Brasil. São desigualdades graves e múltiplas, afetando a capacidade de inserção da população negra na sociedade brasileira, em diferentes áreas e comprometendo o projeto de construção de um país democrático e com oportunidades para todos (PASSOS, 2022).

Alguns integrantes do contexto escolar negam a existência de atitudes discriminatórias e conflitos raciais. A autora ainda acrescenta:

os estudos sobre preconceito e discriminação racial na educação têm revelado problemáticas de um cotidiano em que o racismo está presente sob vários aspectos, evidenciado de forma explícita e implícita, naturalizada ou sutil. Estruturando um quadro social que privilegia a cultura branca, sob várias

formas de veiculação de estereótipos negativos em relação à cor/raça dos alunos negros etc. (SANTOS, 2005, p.42-43).

Assim, o primeiro passo para combater o racismo estruturado, é as instituições de ensino enxergar em seu cotidiano ações que, como citado acima, acontecem de forma explícita e implícita, até mesmo de forma naturalizada. Esse silenciamento contribuí para além do racismo velado, mas também para a formação de futuros cidadãos brancos com sensação de superioridade e preconceituosos.

2.4 Preconceito étnico racial na escola

A sociedade é composta por várias etnias, cada uma com o seu valor, com a sua dignidade. A Constituição retrata a igualdade de todos perante a lei, mas infelizmente o preconceito de etnias existe, sendo assim um ato vergonhoso que diminui o ser humano na sua integridade. Esta prática não deve ser executada, principalmente em ambiente escolar. Cavalleiro (2012, p. 98) complementa ressaltando que:

No espaço escolar há toda uma linguagem não verbal expressa por meio de comportamentos sociais e disposições formas de tratamento, atitudes gestos, tons de vozes outras -, que transmite valores marcadamente preconceituosos e discriminatórios, comprometendo, assim, o conhecimento a respeito do grupo negro.

Segundo Andrade e Sousa (2022), o preconceito étnico racial é a aversão a pessoas que são de outras raças, causando o racismo. Todas as vezes que repelimos alguém por ser índio, cigano ou negro, estamos nos comportando como pessoas preconceituosas e criminosas, essa prática é considerada como um crime, pela Constituição Federal.

Figueredo e Paes (2020, p. 166) cita que o educador precisa ter olhar diferenciado: “Com esse olhar, reconhecemos que, enquanto docentes, devemos nos debruçar sobre as questões étnico-raciais, visando garantir uma educação que combata o racismo e as desigualdades provocadas.”

Lidar com questões étnicas raciais, em sala de aula é um desafio para os educadores, por isso precisam encontrar formas de enfrentá-los com diálogos, ter uma voz que realmente estimule o respeito e valorização do negro na sociedade. É importante entender que todos somos iguais independentemente da cor, com isso,

trabalhar questões multirraciais no ambiente escolar, contribui para um ambiente agradável e confortável, que valoriza a diversidade cultural. Anjos e Guedes (2021, p. 86) ressaltam também:

A criação de espaços em sala de aula em que a voz dos estudantes, especialmente das minorias, seja estimulada, ouvida e respeitada é importante, não só pela possibilidade que os estudantes têm de expressarem suas experiências, opiniões e demonstrarem suas capacidades produtivas, mas também, pela oportunidade de os professores refletirem sobre suas próprias práticas pedagógicas, com vistas ressignificá-las, de forma consciente e conscientizadora.

O ambiente escolar é fundamental para que o educando estimule valores como respeito pelas diferenças raciais, Andrade e Sousa (2022) evidenciam que a formação humana na escola contribui para suas ações éticas e valores futuros, por isso a formação humana na escola é importante, para formar um indivíduo que questiona as discriminações, para que ele seja um sujeito ético por excelência.

Em suma, é importante expor a fala de Freire (2005, p. 36) em que reporta sobre a práxis “que é reflexão diante de uma ação do homem sobre o mundo para transformá-lo, sem transformação é impossível superação dos opressores - oprimidos [...]”. A escola não pode ser um espaço de legitimação de práticas preconceituosas, mas sim um espaço de debates construtivos onde há formação de um aluno crítico e respeitoso de modo global, assim como aborda a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasil 1998.

Por isso, conhecer o que se expõe as diretrizes curriculares são primordiais aos educadores, para saberem como agir e intervir em situações de preconceito, de exclusão entre crianças brancas e negras, para o incentivo de projetos literários que trazem personagens negros como protagonistas, para um olhar mais sensível com a formação da identidade dessa criança negra, e enfim, para uma educação antirracista.

2.5 Educação antirracista

Não basta apenas a educação combater o preconceito em seu ambiente, é necessário manter cotidianamente ações antirracistas, falar sobre a existência de pessoas negras, tratar o período da escravidão de forma adequada.

Sobre o assunto proposto, Troyna e Carrington (1990, citado por FERREIRA, 2012) consideram educação antirracista como uma vasta variedade de estratégias

organizacionais, curriculares e pedagógicas com o objetivo de promover a igualdade racial e para eliminar formas de discriminação e opressão, tanto individual como institucional. Essas reformas envolvem uma avaliação tanto do currículo oculto, quanto do currículo formal.

Francini (2022, p. 100), pontua sobre a importância de construir, diariamente, uma educação antirracista, sendo ações naturalizadas perpetuamente. A autora ainda enfatiza que:

É importante não tratarmos a educação antirracista como pauta apenas nos dias de feriado, com confecções de murais ou atividade para colorir, mas para que haja uma educação neste sentido é fundamental estar inserido nos currículos da escola, no projeto político pedagógico, no cotidiano, nas leituras, nas rodas de conversa e entre outras práticas educacionais a fim de que se alcance uma naturalidade desta formação de maneira interdisciplinar.

A importância da união de toda comunidade escolar, professores, coordenadores pedagógicos, diretores, pais e alunos, para construir uma educação que valorize a história e cultura afro-brasileira, para contribuir com a formação de uma identidade positiva, com respeito às diferenças e à diversidade (SANTOS, 2009).

O educador tem o dever de ter em sua prática cotidiana a sensibilidade de lecionar sobre a importância da diversidade cultural e racial, para isso, ele precisa buscar uma formação adequada para conseguir tratar dessas temáticas. Ao lecionar sobre esses temas multirraciais e sua importância, Silva (2005), traz como sugestão mostrar obras de artistas, escritores, poetas, jogadores e pessoas da comunidade negra, para combater o estereótipo, visibilizando uma imagem positiva.

Segundo Francini (2022), a educação antirracista tem um papel de suma importância, dentro dos ambientes escolares. Pois ela tem o objetivo de combater qualquer tipo de preconceito ou intolerância presente nos espaços educacionais. Promover uma educação antirracista é o ato de reconhecimento do racismo na escola. Se existe racismo fora dos muros escolares, certamente vai existir dentro dos mesmos muros, pois os espaços educacionais são reflexos da sociedade.

Com isso, todos os profissionais e equipe pedagógica da instituição escolar devem se unir para refletir sobre ações e projetos a serem realizados para combater o racismo estrutural, evitar a exclusão e a discriminação, estabelecer um ambiente seguro para crianças negras não se sentirem rejeitadas por crianças brancas. Só a educação pode superar essa problemática, educadores não podem se silenciar.

2.5.1 O papel da escola e a desconstrução do preconceito étnico racial

No livro 'Do silêncio do lar ao silêncio escolar', de Cavalleiro (2012), é pontuado que a primeira socialização da criança é com os pais, futuramente vai para a escola. Na escola este passa a conviver com outras crianças. Neste momento, a instituição passa a executar um importante papel de mediar as relações étnicas, passando a contribuir para uma formação de personalidade saudável, pois através da socialização com outras crianças, começam a compreender o mundo e como ele funciona no cotidiano. A autora também expõe sobre a despreocupação com a convivência multiétnica, que:

Na família, quer na escola, pode colaborar para a formação de indivíduos preconceituosos e discriminadores. A ausência de questionamento pode levar inúmeras crianças e adolescentes a cristalizarem aprendizagem baseadas, muitas vezes, no comportamento acrítico dos adultos a sua volta (CAVALLEIRO, 2012, p. 20).

A falta de diálogo sobre a temática e a falta de convivência entre brancos e pretos na infância, pode colaborar para que a criança se torne um cidadão preconceituoso e discriminador.

Para Silva (2018) a escola é o principal ambiente na construção de identidade étnico-racial das crianças. Para obter bons resultados, as crianças a partir de 3 anos expressam conhecimento sobre categorias étnico-raciais e apropriação de sentidos, eles já compreendem características atribuídos a brancos e negros.

Diante disso, Andrade (2005, p. 120) afirma que:

É a ausência de referência positiva na vida da criança e da família, no livro didático e nos demais espaços mencionados que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição à sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo à sua vida cotidiana.

Portanto, a escola tem um papel crucial na formação da identidade positiva de uma criança negra. O educador deve trabalhar relações raciais em suas aulas, com livros didáticos e literários que trazem origens africanas, com personagens negros em suas histórias, assim o indivíduo se sentirá representado naquele espaço. Para Gomes (2005) os educadores precisam compreender que o processo educacional é formado por dimensões que englobam a ética, a diversidade, a cultura e as relações raciais.

Silva (2019, p. 17) em seu artigo “Formando para a diversidade” comenta que:

[...] valorizar a diversidade não pressupõe tratar todos como iguais. Pressupõe o reconhecimento da diferença e seu acolhimento na perspectiva de respeito e valorização de cada sujeito, cada comunidade, cada cultura com suas características e modos de ser, sem juízo de valor ou hierarquização. Identificar e explicitar as discriminações existentes nas relações sociais e culturais constituem-se como ação afirmativa necessária para que se interrompa a realidade injusta e excludente que ainda existe na sociedade.

O educador tem o papel de trazer essa diversidade para a sala de aula, reconhecer as diferenças de cada sujeito, valorizar as culturas Afro-Brasileira e Africana, mostrar suas características por meio de livros e projetos, trazendo discussões sobre a existência das discriminações raciais na sociedade ainda presente.

2.5.2 A escola e as ações no combate ao preconceito étnico racial

O ambiente escolar tem papel fundamental para o combate ao racismo, devendo promover uma valorização da diversidade cultural e racial, tendo uma educação consciente, embora muitas vezes as escolas necessitam de apoio e de ajuda contra o preconceito. A maioria das escolas não abordam temas multirraciais com os alunos, os educadores devem se lembrar que a experiência racial permeia o processo de ensino. Por isso, o Jornada Edu (2019, s./p.) cita que:

falar sobre o racismo na escola é buscar uma educação democrática, que considere o direito à diversidade étnico-racial, como um dos pilares pedagógicos, especialmente quando se consideram a proporção significativa da população negra no país.

A escola sabe que a educação está sempre consciente de que é hora de mudar o estado de nossas vidas e identificar situações relacionadas ao preconceito étnico racial. É importante que professores e alunos nas escolas fomentem um ambiente socializado e de respeito às diferenças, independentemente de sua raça. O papel da escola no combate ao racismo e qualquer forma de discriminação, é o mesmo que buscar o engajamento com a comunidade do entorno. Lopes (2005) mostra que a escola tem muita consciência de que a educação precisa ter atitudes e buscar todos os planos de mudança, para ambiente educacional. Ele reforça pontuando que:

A escola, como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, está comprometida com essa necessidade de mudança e precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de modo consciente (LOPES, 2005, p. 189).

Ao considerar a fala do autor, percebe-se que a escola tem responsabilidade quanto a formação do cidadão que exige reflexão e desenvolvimento a fim de eliminar ou pelo menos diminuir o preconceito, pois sabe-se que desde o início, com consciência e conhecimento, haverá mais igualdade e respeito.

Cavalleiro (2001, p. 158) sugere ações a serem tomadas em uma educação que trabalhe em prol da igualdade, e incluiu, em sua discussão, oito características de uma Educação Antirracista:

1. Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira.
2. Busca permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar.
3. Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitadas.
4. Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar: utiliza-a para promover a igualdade, encorajando a participação de todos/as os alunos/as.
5. Ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira.
6. Busca materiais que contribuam para a eliminação do 'eurocentrismo' dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de 'assuntos negros'.
7. Pensa meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.
8. Elabora ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos/as pertencentes a grupos discriminados.

Com as atividades, as crianças são preparadas para seus projetos de vida, por isso, é necessária uma educação de qualidade para sua formação intelectual e moral, a possibilidade dessa convivência é mais democrática e propícia ao desenvolvimento de valores morais, que devem ser estimuladas por atividades que vislumbrem novas ações.

Com referência às atividades, Anjos e Guedes (2021, p. 79) complementam em seus estudos que a educação necessita de diálogo, em sala de aula, o que leva à falta de reflexão crítica:

Nesse propósito, a escola, enquanto espaço de reprodução dos valores majoritários da sociedade, tem sido um espaço natural de silenciamentos dos educandos, especialmente, dos considerados diferentes. Suas

manifestações culturais, crenças, modos de vida, posições críticas, produções científica e literária são abafadas ou menosprezadas. No currículo escolar não tem espaço para a diferença, e devido a própria formação cultural, acadêmica e profissional, muitos professores não se dispõem a criarem espaços de diálogo em sala de aula, a fazerem análises críticas dos conteúdos estudados e a promoverem uma educação crítico-reflexiva.

Difícilmente é visto nas escolas livros literários infantis com personagens negros, Silva e Silva (2021, p. 19) dizem que a escola tem o papel de mudar questões culturais, assim sendo, cabe ao professor utilizar obras literárias africanas e afro-brasileiras, como materiais de apoio, a fim de combater o racismo, complementam dizendo:

a luta por uma literatura mais representativa, sem pré-conceitos, sem racismo seria uma possibilidade, o negro estaria mais vinculado à cultura afro-brasileira, poderia ser voz na literatura, poderia ser protagonista, inclusive e principalmente na infantil e juvenil.

A literatura negra nos ambientes educacionais, estimula o processo de autoidentificação racial, a aceitação e o respeito à diferença. Assim a criança se tornará interlocutora no seu processo de comunicação.

Ribeiro (2019) afirma que é fundamental os familiares e educadores apresentarem livros com personagens negros, valorizando as várias existências e referenciar positivamente a população preta.

São bons exemplos os livros: 'Menina bonita do laço de fita' que conta a história de um coelho admirado pela beleza negra da menina; 'O livro das origens' apresenta uma série de mitos de algumas regiões do Brasil, África e México. Para um ensino lúdico da história Africana, o livro 'A História do Rei Galanga' é essencial, pois fala de um rei Africano que teve seu reinado invadido pelos Portugueses e fora trazido com sua família e seu grupo para o Brasil na condição de escravos.

Essas obras citadas, refletem positivamente na identidade da criança negra, por apresentá-la como protagonista, presente no ambiente. Entretanto, o educador deve ter sempre voz ativa sobre temas multirraciais, não deixar suas ações ficarem esquecidas, conforme salienta Silva e Silva (2021, p. 17) "um livro não basta simplesmente ter personagens negros, nem tratar assuntos discriminatórios para servir de parâmetro, é preciso evocar todo o coletivo negro".

Mesmo diante de falta de profissionais que não se dispõem a determinadas situações ou reflexões, a outros que buscam mudanças, desenvolvimento e inovações,

onde possa ser trabalhado a diversidade, trocando assim ideias e experiências com as demais escolas e outros ambiente educacionais. É fundamental que essas mudanças ocorram para que assim a educação trabalhe no combate ao preconceito étnico racial, porém a falta de apoio das secretarias de educação acaba dificultando nos processos de novos projetos e atividades a serem trabalhadas, como Gomes e Silva (2011, p.18) afirmam que:

As escolas, os educadores e educadoras que, no seu cotidiano profissional lutam para desenvolver projetos, experiências e atividades pedagógicas em prol da diversidade deveriam ser levados mais a sério pelos centros de formação de professores e pelas secretarias de educação. Quem sabe, em vez desses últimos proporem currículos multiculturais de cima para baixo, eles poderiam antes mapear, conhecer e dialogar com as escolas e/ou coletivos de professores/ as que já aceitaram o desafio de construir e implementar propostas voltadas para uma pedagogia da diversidade e assim construir uma proposta mais coletiva.

A educação é uma força fundamental contra o racismo. Então, como educadores, estes precisam assumir que traços desse processo ainda estão presentes no Brasil, e devem enxergar o racismo ainda presente. A educação em si não tem o poder de mudar o mundo, mas desempenha um papel fundamental nele, portanto, os educadores devem sempre encontrar formas e meios para que os alunos se sintam seguros e confortáveis em um ambiente escolar, onde todos têm direitos iguais. Assim, Gomes (2005, p. 153) mostra a educação em busca de estratégias de combate:

Uma outra proposta de trabalho com a diversidade étnico-racial e que pode ser considerada como uma estratégia de combate ao racismo no interior da escola refere-se à organização de trabalhos conjuntos entre diferentes instituições escolares. Para isso, é necessário realizar um mapeamento das escolas que estejam realizando trabalhos interessantes com a questão racial. Esse mapeamento pode ser desenvolvido pela universidade (um projeto de extensão), pelos centros de formação de professores ou por equipes técnicas da secretaria de educação e divulgado para as escolas. Após esse mapeamento, pode-se promover encontros e trocas de experiências entre os docentes.

Por fim, o autor ainda disserta quanto a necessidade de um meio de mapeamento com as escolas para conscientizar os trabalhadores sobre a realidade das questões raciais, já que muitas escolas ainda não fazem isso com seus alunos e professores, mesmo tendo algumas instituições que buscam combater o racismo.

Para lutar é preciso trocar ideias, pois terão mais projetos e trabalhos, com intuito melhorar o combate ao racismo.

3 METODOLOGIA

O estudo se efetuou com base em um referencial teórico, o que se apoiou em levantamento bibliográfico sistemático. Para apoiar-se na empreitada utilizou-se de livros, artigos científicos publicados em obras físicas e obras disponibilizadas na internet. Os descritores utilizados para gerar os dados da pesquisa foram relações raciais, instituições de ensino, discriminação racial. Ao selecionar o material desenvolveu-se uma análise dos textos selecionados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado foi de extrema importância para nossa formação como futuras educadoras, pois foram adquiridos diversos conhecimentos, no que se refere ao conceito de racismo, discriminação e preconceito.

Com os estudos bibliográficos verificou-se com as discussões que o racismo pode ser trabalhado na escola. As metodologias adotadas auxiliam no trabalho dos educadores com os temas multirraciais. Com isso, pode combater o preconceito nas escolas e formar indivíduos respeitosos e diversificados.

Em suma, mostrou-se que é possível desmitificar o racismo nas escolas. Os futuros educadores precisam de apoio e formação adequada para lidarem com as diferentes situações de exclusão racial presentes no ambiente escolar, em especial na sala de aula.

Desta forma, é importante que busque amenizar o racismo estrutural, que não compactue com o silenciamento, pois a luta almejada é que haja uma educação antirracista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

ANDRADE, Eduarda Maria de; SOUSA, Thaisa Maria Ferreira de. **Preconceito étnico racial na escola**. Disponível em:

<https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2014/Modalidade_1datahora_09_08_2014_10_15_41_idinscrito_1729_14fc97d0a5e575f624bd9abc6853209b.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. Construindo a Auto-Estima da Criança Negra. In: MUNANGA, Kabengele (Org). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília - DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 117-122.

ANJOS, Ana Paula Souza do Prado; GUEDES, Marilde Queiroz. A voz e o diálogo como princípios pedagógicos para enfrentamento das discriminações étnico-raciais. In: ROCHA, Wesley Henrique Alves da. (Org). **Racismo e antirracismo: reflexões, caminhos e desafios**. Curitiba, PR: Bagai, 2021. p. 77-90.

BNCC. Base Nacional Comum Curricular. **Educação é a base**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 nov. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>>. Acesso em: 23 out. 2022.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: _____. (Ed.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141-60.

DIAS, Luciana de Oliveira. Desigualdades Étnico-Raciais e Políticas Públicas No Brasil. **Revista da ABPN**, v. 3, n. 7, p. 07-28, 2012.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Educação antirracista e práticas em sala de aula: uma questão de formação de professores. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 21, n. 46, p. 275-288, maio;ago. 2012.

FIGUEREDO, M. da F.; PAES, L. G. de C. Breves reflexões sobre identidade negra no contexto escolar. In: ROCHA, Wesley Henrique Alves da. (Org.). **Racismo e antirracismo**. Curitiba, PR: Editora Bagai, 2021. p. 165-179.

FRANCINI, Suzana Ramos Vieira. A educação antirracista no ensino fundamental: um movimento interdisciplinar para a formação da cidadania sem preconceitos. **Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 97-109, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org). **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Brasília - DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 143-154.

GOMES, Nilma Lino; SILVA Petronilha B. Gonçalves e Silva. (Orgs). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

JORNADA EDU. **A importância de combater o racismo na escola: Práticas Pedagógicas**. 2019. Disponível em: <https://jornadaedu.com.br/praticas-pedagogicas/racismo-na-escola/>. Acesso em: 17 out. 2022.

LOPES, Véra Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, Kabengele (Org). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília - DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 185-200.

MENEZES, Maria Paula Gutierrez. Os espaços criados pelas palavras: racismos, etnicidades e o encontro colonial. In: GOMES, Nilma Lino (Org). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 55-76.

PASSOS, Joana Célia dos. **As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto_nacional_em/artigos/desigualdades_educacionais_eja.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: SCHWARCZ S.A., 2019.

SANT'ANA, Antônio Olímpio. História e Conceitos Básicos Sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília - DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-65.

SANTOS, Diana Viturino. **Educação anti-racista**: caminho para a formação identitária de estudantes negros. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS CULTURAIS, IDENTIDADES E RELAÇÕES INTERÉTNICAS, ago. 2009. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/Diana_Viturino_Santos.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

SANTOS, S. A. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Diversidade, 2005.

SAVAZZONI, Simone de Alcantara. Preconceito, racismo e discriminação. **Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito**, v. 12, n. 12, p. 39-75, 2015.

SILVA, Ana Célia. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21-37.

SILVA, Antonio Cesar Gomes da; SILVA, Rosana Rodrigues da. O rompimento da fronteira da discriminação racial por meio da literatura afro—brasileira infantil e juvenil. In: ROCHA, Wesley Henrique Alves da (Org). **Racismo e antirracismo**: reflexões, caminhos e desafios. 1.ed. Curitiba, PR: Bagai, 2021. p. 12-22.

SILVA, Carla Soares Lopes. **Formando para a Diversidade**: Escola de Pais na Educação Infantil. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2019.

SILVA, Maria Aparecida. Formação de educadores/as pra o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação-repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Promoção da Igualdade Étnico-Racial na Educação Infantil. In: CUNHA, Josafá et al. (Org). **Aprendendo a conviver**: bullying, racismo e discriminação racial. Curitiba: Ed. NEAB-UFPR, 2018. p. 50-57.